

APRESENTAÇÃO DO DOSSIÊ *TERRITORIALIDADES E PESSOAS ERRANTES*

JOÃO ROBERTO BORT JR.
EDIMILSON RODRIGUES DE SOUZA
EMÍLIA PIETRAFESA DE GODOI

Este dossiê é um desdobramento do debate que coordenamos nas *Jornadas de Antropologia John Monteiro* de 2018¹. Mas nem o dossiê, nem o debate seriam possíveis sem os exercícios antropológicos que nos precederam e nos inspiram na reflexão cruzada aqui empreendida. O que denominamos como reflexão cruzada é o experimento ensaístico que propomos a partir de estudos realizados junto a distintas coletividades e que são compreendidas em diferentes campos da Antropologia, mas que, a despeito desse fato, são analiticamente aproximáveis em razão das dinâmicas que protagonizam.

Como no evento de 2018, desejamos pensar sobre as configurações relacionais que surgem entre pessoas e lugares para observarmos vivências espacialmente conformadas em diversos contextos. As circulações e interações de indígenas, camponeses, quilombolas, ribeirinhos, entre aldeias, campos e cidades compõem o amplo escopo etnográfico do singular problema das vivências em múltiplos espaços. Já na ocasião do evento no IFCH/Unicamp, pretendíamos compreender não somente acerca dos muitos lugares que são importantes a cada experiência social enfocada pelas pesquisas, mas também desejávamos refletir sobre como as (dis)similitudes entre os modos específicos de se ligar com e nos lugares poderiam desafiar a forma como os estudos etnográficos encontram-se seccionados em nossa disciplina. O nosso desejo é que as reflexões referentes a “territorialidades”² traspassem fronteiras erigidas no campo antropológico, tal qual fazem as pessoas entre as quais e com as quais pesquisamos.

¹ Durante o evento realizado na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Edimilson Rodrigues de Souza e João Roberto Bort Jr. coordenaram o Grupo de Trabalho *Fabricação de pessoas, territorialidades e vivências entre aldeia, campo e cidade*. Dentre os autores que compõem este dossiê, Arianne R. Lovo, Elis Corrado e Ana Carolina Maruccci participaram do evento na Unicamp. Os demais autores e autoras foram convidados posteriormente. Aproveitamos para tornar público nosso agradecimento aos organizadores das *Jornadas de Antropologia John Monteiro* daquele ano, em especial, agradecemos a Ana Carolina Saviolo Moreira e Amanda Gonçalves Serafim.

² Os muitos debates sobre “territorialidades” humanas e não humanas nos remetem à polissemia do termo, que não nos cabe restituir aqui. Vale enfatizar, no entanto, que as compreendemos como processos de construção de lugares de vida dos coletivos humanos e não humanos (PIETRAFESA DE GODOI, 2014). A noção de “territorialidade” expõe os elementos culturais que sustentam a ocupação e a gestão do que normalmente convencionamos chamar de espaço (GALLOIS, 2004, p. 37). O uso, a

constituição ou a habitação dos lugares não é meramente um processo que diz respeito à materialidade espaço-geográfica, por isso as diferenças conceituais que se pode fazer, como discute Maldí (1998), entre “territorialidades” e os territórios concebidos por perspectivas geopolíticas e estatais.

A proposição, entretanto, não é absolutamente nova. Desde pelo menos a Reunião da Associação Brasileira de Antropologia (RBA) de 1988, pesquisadores do Centro de Estudos Rurais da Universidade Estadual de Campinas (CERES/Unicamp) refletem e colocam em relação processos protagonizados por atores diferentemente classificados no nosso mundo social – camponeses, indígenas, quilombolas, por exemplo –, cuja experiência passa a ser refletida por diferentes campos do conhecimento antropológico e sociológico, os quais nem sempre dialogam. Parte dessa história do empreendimento reflexivo conduzido por antropólogas e antropólogos da Unicamp nas fronteiras da Etnologia Indígena, Antropologia Rural e Antropologia Urbana é apresentada na coletânea *Além dos Territórios* organizada por Ana Maria de Niemeyer e Emília Pietrafesa de Godoi (1998).

Dez anos após os diálogos iniciados na RBA em Campinas (SP), as organizadoras do livro retomam argumentos lévi-straussianos postos em *Raça e História* para criticar a clássica fronteira entre sociedades simples e sociedades complexas, alertando para o fato de que “o grau de complexidade de uma sociedade depende muito de onde se olha e qual domínio da vida social é privilegiado nesse olhar” (NIEMEYER; PIETRAFESA DE GODOI, 1998, p. 8), mas o fizeram para chegar à crítica à impermeabilidade das fronteiras heurísticas erigidas entre a Etnologia Indígena, os Estudos Rurais e Estudos Urbanos.

Niemeyer e Pietrafesa de Godoi (1998) observam que diferentes contextos podem permitir acesso mais facilmente a determinadas questões e relações e, evocando um exemplo emblemático já trazido por Goldman (1995), a reciprocidade, observam que se trata de um princípio amplamente tematizado e tratado nos estudos sobre distintas sociedades, mesmo se seu desvelamento tenha se dado nos estudos sobre as então ditas sociedades “primitivas”. São essas formas relacionais desdobradas de modo particular em vários contextos que consistem no objeto

de nossas pesquisas antropológicas. Ou, para dizer novamente como Niemeyer e Pietrafesa de Godoi (1998), a Antropologia estuda as “relações”, as “tramas” e os “processos”, e a confusão que se faz entre os objetos de estudo e os lugares enrijece as fronteiras entre campos que do ponto de vista heurístico podem se fecundar reciprocamente.

No mesmo ano em que *Além dos territórios* veio a público, Márcio Goldman e Tânia Stolze Lima (1999) propuseram-se a refletir exatamente sobre o problema das divisões no campo antropológico, como fica evidente no próprio título da mesa redonda que conduziram na XXI Reunião Brasileira de Antropologia. A atividade dos pesquisadores nessa RBA de 1998, realizada em Vitória (ES), foi intitulada *Sobre os Grandes Divisores: “Etnologia das Sociedades Indígenas” e “Antropologia das Sociedades Complexas”*. O problema levantado naquela ocasião dizia respeito às tendências no pensamento antropológico em opor “nós” e “eles”, como ainda se dissemina muitas das vezes em trabalhos contemporâneos. São várias as operações que Goldman e Lima (1999) entendem consistir em mecanismos e procedimentos epistemológicos que produzem assimetrias, e não os restituiremos aqui, mas nos importa observar que vários autores estão atentos ao que a persistência dos “grandes divisores”, que ressoa nas fronteiras entre campos dos estudos antropológicos, produz.

Depois do evento de 1988 e do livro *Além dos territórios*, não cessaram os outros encontros de mesmo mote no Brasil e na América Latina, como nos recorda por sua vez o dossiê *Estudos Rurais e Etnologia Indígena: encontros e intersecções* organizado por Emília Pietrafesa de Godoi e Nashieli Rangel Loera (2009-2010). Dessa vez, e de novo depois de dez anos, as organizadoras refletiram acerca da própria plasticidade das classificações sociais que, tantas vezes, sustentam as fronteiras antropológicas das quais falamos. Isso implica em dizer que nossas convenções epistêmicas mostraram-se limitadas

perante as ações transformadoras e os pensamentos criativos de índios, caboclos, ribeirinhos, quilombolas, seringueiros, castanheiros, quebradeiras de coco babaçu, posseiros, sem-terras, agroextrativistas e tantos outros coletivos que reafirmaram quem são por si mesmos numa clara recusa aos sentidos existenciais que as forças dominantes quiseram lhes impor. Outra razão não tiveram as autoras para confirmarem a centralidade desses “processos” em nossas pesquisas, afinal as capacidades agentivas dos sujeitos são produtoras dos mundos, contextos ou eventos que procuramos traduzir.

Qualquer substancialização que se possa conferir às formas sociais existentes passa, então, a ser desmentida pelos sujeitos, pois eles demonstram que as oposições radicais, as diferenciações relativas ou as identificações absolutas das pessoas com um ou outro termo de reconhecimento social não estão dadas aprioristicamente. Isso quer dizer que a etnografia continua sendo o principal instrumento para apreendermos as variadas aberturas e fechamentos nos relacionamentos com as alteridades e as noções que dão sentidos ao existir. E, ademais, isso quer dizer que a constituição de sólidas fronteiras entre os campos de estudos antropológicos corre o risco de produzir uma imagem epistêmica distanciada da empiria que procuramos compreender. Acompanhar os nexos socialmente produzidos é tarefa a que devemos nos dedicar, do contrário, as configurações sempre instáveis e em transformação escapar-nos-iam.

A fecundidade recíproca que *Além dos territórios* propunha com uma leitura transversal das práticas e concepções de espaço de distintas sociedades e coletivos indígenas, urbanos e rurais é parte do movimento que tem impulsionado tornar perceptível as “passagens” – para usar o termo de Marcela Coelho de Souza em *Alquimias do parentesco* (2018) – entre as “sociedades complexas” e as “sociedades elementares”. O prefácio à obra sugere que essas sociedades adentraram na Antropologia do século XX associadas aos estudos do território, da família e da política e aos estudos

do parentesco³, respectivamente, e o exercício proposto pelas organizadoras do livro dá nos a chance de (*trans*)passar essas fronteiras (MARQUES; LEAL, 2018).

Enfim, nos parece que a transposição de fronteiras tem sido possível à medida que relembramos os sentidos de nosso fazer antropológico, a descrição das “relações”, “tramas” e “processos”, ou à medida que nos atentamos às dicotomias fundantes das perspectivas teóricas que, na Antropologia, foram consideradas mais apropriadas para interpretar os “primitivos” ou os “modernos” (MARQUES; LEAL, 2018, p. 29). Ao retomarem os argumentos desenvolvidos por Janet Carsten a partir das provocações críticas de David Schneider, Marques e Leal (2018) destacam as “relacionalidades” constituídas nos contextos pesquisados em vez de partirem de distinções (substância/código; natureza/cultura) que estiveram imbricadas ao pensamento que associava mundos sociais ao debate do parentesco e mundos sociais à família, à política e ao território.

Considerando ao menos as proposições dessas quatro publicações nas três últimas décadas, esperamos que este dossiê estimule reflexões justamente sobre “relações”, “processos” e/ou “relacionalidades” criadas nos e com os lugares por gentes nem sempre fixáveis nas classificações tantas vezes inflexíveis. Sendo assim, o presente dossiê marca mais uma geração de pesquisadores ligados ao CERES que aposta no que pode haver de pertinente nas descrições e nas formulações teórico-metodológicas dos etnógrafos vizinhos. Assim queremos oferecer mais uma publicação das poucas que existem para facilitar passagens ou cruzamentos de “fronteiras subdisciplinares” (MARQUES; LEAL, 2018, p. 26). Para tanto, este dossiê articula ideias sobre contextos nos quais os atores constituem suas territorialidades em constante movimento.

Uma possível e primeira questão a todas as mobilidades descritas nos artigos refere-se ao modo como são praticadas pelas pessoas e como são por elas mesmas compreendidas. André

³ Em meio a uma discussão sobre as possibilidades contemporâneas de interpretação das relações entre pessoas e lugares, a revisão que Trajano Filho (2012, p. 8) faz do passado antropológico certamente ajuda-nos a entender que a questão territorial é um problema tão antigo quanto o é o problema do parentesco. Como o autor nos permite recordar a partir da sua leitura de Morgan em *Ancient Society* [1877], a passagem da “sociedade gentilica” para a “sociedade política”, no paradigma evolucionista, se dá quando um princípio de parentesco, a descendência unilinear, perde a sua proeminência na organização social dando lugar a uma “comunidade política com base territorial”.

Guedes e Elis Corrado, em seus respectivos textos, exploram os sentidos ênicos de *de-morar*, que sintetiza os modos de morar e deslocar dos muitos viajantes da fictícia Urucânia, em Goiás, e a ideia guarani e kaiowá de *andar como marimbondos*, que explica a busca pela morada na região de Dourados, em Mato Grosso do Sul. Já com Eduardo Nunes, aproximamo-nos da experiência karajá de deslocar-se pelo *hãwa* (território) da aldeia em Aruanã, em Goiás. O autor estimula-nos a refletir sobre as memórias de que precisam os indígenas na relação com os viventes vizinhos. A questão, contudo, fica ainda mais interessante quando Arianne Lovo, em seu artigo, afirma que as rezadeiras pankararu da periferia paulistana, em vez de apoiarem-se nas referências cartográficas de um mapa da capital paulista, requerem mais da memória de localização das casas de seus parentes para se moverem pela cidade. Os moradores das comunidades do Vale do Ribeira, em São Paulo, aos quais se refere Ana Carolina Marcucci, certamente também se deslocam, fazem no intuito de obter aprendizagens, mas não esperam que tenham que percorrer diariamente distantes caminhos para chegarem às escolas. Ana Luísa Micaelo, por sua vez, alerta para o fato de que a dinâmica de parentesco na Zona da Mata pernambucana pode ser melhor entendida pela mobilidade laboral e territorial, e não estritamente pelos modelos clássicos de genealogia, mas por ciclos de conjugalidade entre pessoas. Votaremos a todos esses trabalhos adiante.

Dito isso, temos oportunidade de avançar em nossos conhecimentos acerca dessas coletividades que, em razão de se produzirem em regimes de circulação, os quais podemos confrontar com os de outras populações (*e.g.* VIEIRA; AMOROSO; VIEGAS, 2015; PIETRAFESA DE GODOI, 2016; 2020), nos fizeram pensar no termo “errante” para expressar a importância conferida pelas pessoas ao caminhar, ao viajar ou ao *sair pelo mundo*, voluntária ou compulsoriamente, e se distancia da ideia de andar sem destino. São muitas as conexões

e as formas de conexão que viajantes, trabalhadores, indígenas e quilombolas, cuja experiência encontramos nos artigos aqui apresentados, empreendem entre hospedarias e casas, aldeias e cidades, bairros e regiões de metrópole, quilombos e instituições públicas, enfim, entre lugares.

Porém, longe de ser a única, essa primeira questão acerca da especificidade dos modos viver deve ser entendida como partida reflexiva para uma leitura cruzada acerca de territorialidades que apontam ainda para outros temas importantes da Antropologia. Como ficará evidente, os artigos versam direta ou indiretamente também sobre parentesco, xamanismo, economia, política e políticas públicas. Uma vez que nossas reflexões cruzadas são um exercício ensaístico, elas deixam espaço para as muitas outras perguntas e observações que emergirão de muitos outros olhares, inclusive porque há muitas diferenças a serem exploradas a partir das situações etnográficas aqui aproximadas.

As múltiplas dimensões observáveis dos territórios e as práticas alimentares são dois eixos reflexivos que podem ser traçados entre algumas dessas situações reunidas. Quanto ao primeiro eixo, vale destacar a diferença entre a intensividade ontológica e a extensividade topológica que a leitura dos textos de Eduardo Nunes e André Guedes suscita respectivamente sobre as formas dos Karajá e dos goianos de Urucânia conceberem e comporem seus territórios. Enquanto os Karajá vivem entre diversos seres que conjugam e sobrepõem intensamente seus *hãwa* no espaço, vemos que os goianos de Urucânia vivem entre lugares mediante concentrações da linha de deslocamento nos pousos e mediante extensões dessa mesma linha entre os pontos de origens e destinos.

Em contrapartida a essa diferença referente às dimensionalidades dos territórios, tanto num caso etnográfico, quanto noutro, a comida consiste em elemento da socialidade familiar e das reivindicações pelos espaços de que necessitam para comer, tal como estão habituados a fazer com seus parentes.

Por conseguinte, no que tange a um segundo eixo de reflexão possível, os lugares em que circulam as pessoas de Buridina e de Urucânia são distinguíveis a partir da comensalidade. Mas, ainda assim, as operações simbólicas de diferenciação não são idênticas. A apreciação karajá difere os lugares do entorno da aldeia pelo modo outro de comer da gente que ali há, como os moradores de um bairro próximo que são *comedores de mandi*. Nas hospedagens ou alojamentos dos viajantes ou trabalhadores de Urucânia, a estrutura do ambiente não é como a casa, por isso lhes resta comer de uma outra maneira.

As (dis)similitudes contextuais, no entanto, não param por aí. Não é possível conhecer previamente os gêneros alimentícios ou tipos de preparo de comida que valorizam os Karajá e os goianos de Urucânia. Isso significa que se a comensalidade é uma questão potencialmente rica para exercícios de análise cruzada acerca de territorialidades, ela e todas as demais problematizações possíveis precisam ser precedidas do trabalho etnográfico. E, como já se nota, a questão a partir da qual iniciamos nossa reflexão pode se desdobrar em temas correlacionados e os contextos em tela podem ganhar ou perder distância entre si. Ao tomarmos a comensalidade que envolve a vivência territorial karajá e urucanense como uma questão, abrimos a possibilidade de avançar para uma análise dos parentescos e das políticas. O efeito disso ao nível teórico-analítico é, como se vê, o esvaimento do que momentaneamente era uma possibilidade de visualização de mais semelhança do que diferença (ou vice-versa) entre uma coletividade indígena e uma não indígena de Goiás.

As interpretações ainda das (dis)similitudes são, pois, sempre relativas a uma questão ou um aspecto precisamente selecionado das complexidades sociais em análise. O que necessitamos é dos conceitos mais adequados para criar as condições heurísticas para o cruzamento entre os casos observados. Por exemplo, se o “xamanismo” pankararu relatado por Arianne Lovo não pudesse ser abordado, nesta apresentação, enquanto um problema de

“cosmopolítica” – como são descritos alguns sistemas rituais do Sertão nordestino (e.g. HERBETTA, 2020) – a territorialidade constituída pelas rezadeiras pankararu na capital paulista ficaria distanciada não apenas das questões políticas que levantam as situações descritas por André Guedes e Eduardo Nunes, o que Lovo observa na metrópole paulistana ficaria longe também do que aqui lemos sobre populações em Mato Grosso do Sul e Sul de São Paulo.

A política também é tema que não pode ser ignorado quando se compreende, com os respectivos artigos de Elis Corrado e Ana Carolina Marcucci, a expropriação dos territórios dos Guarani e Kaiowá do Mato do Grosso do Sul e a extinção das escolas nos territórios de certas populações do Sul do estado de São Paulo. Como se nota, uma boa parte deste dossiê revela as diplomacias imprescindíveis à coexistência com as muitas perspectivas que são constituintes dos lugares, ou das T/terras (IUBEL; SOARES-PINTO, 2017), inclusive revela os tratos políticos com o regime que codifica a relação territorial de forma a produzir propriedades e que, devido a isso, exclui “de partida todos os outros” (LEWANDOWSKI; GOLTARA, 2020, p. 77).

Viver é conviver, negociar e confrontar-se com as alteridades nos ou dos lugares, as quais, se não concebem distintamente o comer ou não impedem o comer ideal, mostram-se detentoras de intencionalidades divergentes. É o caso dos patógenos remetidos contra os Pankararu que, por isso mesmo, requerem trabalho das rezadeiras nas residências distribuídas por bairros paulistanos. A situação sobre a qual nos informa Arianne Lovo revela-nos as comunicações com entidades que motivam as rezadeiras a deslocarem-se pelos bairros da cidade. Todavia essas tradutoras de mundos invisíveis não reestabelecem a ordem corporal sem a colaboração das parentes que andam e curam juntas, tampouco têm sucesso sem as agências encantadas das quais são aliadas. Semelhantemente aos fios de deslocamento que se desenrolam das estratégias econômicas dos goianos narrados por André

Guedes, o xamanismo (ou cosmopolítica) das rezadeiras pankararu descrita por Arianne Lovo tece tanto lugares quanto parentesco “fora” da terra indígena em Pernambuco. Ou seja, tais práticas urucanenses e pankararu são pouco aproximáveis até que se compreenda seus efeitos sociológicos, *i.e.*, as conectividades entre pessoas e lugares.

Ana Luísa Micaelo ao explorar as dinâmicas de ser mãe duas vezes nas tramas territoriais da Zona da Mata do Pernambuco, demonstra em seu artigo como as formas de produzir parentes pode ser melhor compreendidas pelas mobilidades de pessoas pelas casas de vizinhos e parentes próximos ou distantes, com ênfase em como nas vivências cotidianas a maternidade se expressa não apenas nas relações entre mães e seus filhos biológicos, mas entre mulheres e crianças ou adolescentes, aqueles tornados filhos de criação. As trajetórias dessas mulheres em diferentes ciclos de vida, criam possibilidades de ser mãe duas ou mais vezes, prolongando-se para além do período fértil das mulheres, quando recebem netos, sobrinhos e não consanguíneos em casa para criá-los como filhos por um determinado período, ou até que se tornem adultos. É, desse modo, que essas mulheres intensificam e prolongam as relações de parentesco entre pessoas, casas e territórios.

O caráter político das relações entre humanos que nos deixam observar Elis Corrado e Ana Carolina Marcucci é mais evidente que o caráter cosmológico acentuado no contexto das rezadeiras da favela do Real Parque, em São Paulo. Nos artigos de Corrado e Marcucci, a política decorre de transformações dos territórios dos Guarani e Kaiowá e das comunidades do Vale do Ribeira, respectivamente, as quais são provocadas por ações do Estado ou das empresas que gestam os lugares de vida dos primeiros e os lugares das escolas dos segundos. Em qualquer um desses dois contextos, o que está em jogo é a permanência das pessoas e seus parentes nos espaços histórica e tradicionalmente ocupados, pois, se não lhes tomam a terra, tomam-lhes as

instituições educacionais. Logo, nos artigos dessas duas autoras, verifica-se um conjunto de deslocamentos causados pela pressão negativa que fazem agências humanas ao suprimirem importantes condições de continuar existindo onde se vive e se quer viver.

Embora a cidade não pare de *vir, chegar* e cercá-los por muitos lados, os Guarani e Kaiowá insistem com suas retomadas de fundo de fazenda, beira de estrada e áreas urbanas para reagruparem as parentelas separadas no processo de expropriação territorial. Ocupações são ações evidentemente políticas de retomadas do território. Para as comunidades do Vale do Ribeira, as audiências públicas em defesa da educação diferenciada, à qual os seus filhos têm direito, são ações políticas em forma de rituais. O ritual das audiências, de forma geral, ocorre em torno de uma mesa larga, decorada e defronte para as fileiras de cadeiras ocupadas, e tem o tempo e as ações controladas. Tais reuniões formalizam ideias de quem as institucionalizou legalmente, todavia se constituem em um espaço possível para alianças entre as comunidades que foram afetadas pelo fechamento das escolas nessa área rural paulista. Os quilombolas, caboclos e indígenas do Vale do Ribeira pretendem, nas audiências, reverter o quanto podem as transformações que são, como as que atingem o território Guarani e Kaiowá, indesejadas por alterarem negativamente os modos tradicionais de organização e habitação. No limite, parece-nos que a reversão ou impedimento de mudanças como essas é o anseio de todos os coletivos tratados nos artigos: dos Karajá que querem manter suas áreas de pesca, dos Urucanenses que querem o mínimo para manterem a forma habitual de comer, dormir e higienizar-se e, enfim, dos Pankararu que requerem que os serviços públicos de saúde prevejam suas práticas específicas de cura.

Fato é que temos visto os indígenas incluírem as cidades em suas formas de habitar e viver. No entanto, como afirma Eduardo Nunes em seu texto sobre a perspectiva karajá, o fenômeno é consequência das relações regionais com não indígenas. A despeito das interações que historicamente têm se

estabelecido entre aldeia e cidade, as pessoas seguem com suas lógicas próprias. Os Guarani e Kaiowá, entre os quais trabalhou Elis Corrado, são desejosos da proximidade com a cidade por conta do que nela obtêm (*e.g.* poder jurídico), mas é relação que querem controlada nos seus próprios termos. Até porque, se a relação com a cidade processar-se sob uma perspectiva tal como a dos moradores não indígenas de Aruanã, em Goiás, ou tal como a do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o efeito da contrariedade entre a aldeia e a cidade será justamente a exclusão de uma pela outra. Da maneira como postulam os Karajá descritos por Eduardo Nunes, o englobamento é mais ou menos inverso, pois a aldeia envolve a cidade sem que a assimetria a favor da aldeia sintetize a eliminação da cidade.

O texto de Arianne Lovo somente reforça o argumento. Os Pankararu são dos mais de quarenta mil indígenas que vivem em São Paulo que pouco recebem a atenção dos gestores públicos. Segundo nos permite afirmar a autora, mesmo as rezadeiras pankararu fazendo da cidade um lugar para si e seus parentes, as doenças dos indígenas habitantes nos centros urbanos pouco figuram nos levantamentos da Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI). O que constatamos desse e dos demais debates feitos neste dossiê é que a administração pública pouco percebe os indígenas na cidade, pois sua noção de “território” tem como par significativo a concepção de “fronteira” que enrijece nossa epistemologia e, portanto, insensibiliza-nos para a fluidez que o atravessa, como se dinâmicas e lógicas vindas da aldeia não pudessem adentrar a cidade.

Aliás, Elis Corrado discute a validade analítica precisamente da categoria “fronteira” para demonstrar os atravessamentos indígenas dos constructos que procuram reservá-los em aldeamento para as terras servirem à exploração agrícola e imobiliária. A discussão conceitual da autora parece fundamental para que se reformule os pressupostos não apenas de quem gesta serviços e direitos das populações indígenas. A ideia favorece

inclusive a nós, antropólogas e antropólogos, que apostamos no ir além de nossos territórios subdisciplinares. Corrado calça-se de trabalhos etnológicos de tradições epistemológicas diversas, por isso a leitura de seu texto nos faz pensar que a autora, seguindo as formas de viver dos Guarani e Kaiowá, vai “além das fronteiras”. Dito de outro modo, transpassar fronteiras não é um predicado exclusivo do contexto enfocado por Corrado.

Nesta apresentação, em suma, propusemos reflexões cruzadas que os artigos aqui reunidos nos suscitaram. Nosso desejo é que os(as) leitores(as) deste dossiê possam lançar outros olhares e colocar outras questões que permitam aproximações e distanciamentos analíticos diversos daqueles aqui realizados.

Além de trazer o dossiê *Territorialidades e pessoas errantes*, este número da *Ruris* traz o artigo de Benoît De L’Estoile, *Dinheiro é bom, mas um amigo é melhor. Incerteza, Orientação para o Futuro e a Economia*, precedido de uma *Apresentação* escrita pelo próprio autor para os leitores e leitoras brasileiras.

A *Apresentação* feita por De L’Estoile nos permite conhecer a trajetória de suas pesquisas Brasil e, sobretudo, nos permite acompanhar o percurso analítico seguido pelo autor em seu artigo. As análises trazidas em *Dinheiro é bom, mas um amigo é melhor. Incerteza, Orientação para o Futuro e a Economia* colocam em xeque o estatuto de evidência que “a economia” tem, tanto como esfera separada de outros domínios da vida, quanto como “quadro conceitual” em campos acadêmico-disciplinares. Para tanto, o recurso à etnografia, levando a sério as maneiras pelas quais as pessoas conceituam suas práticas, é fundamental no artigo. Também as abordagens críticas à economia feitas pela antropologia e pela sociologia são examinadas pelo autor, que considera que estas abordagens não superam a ideia disseminada de que “a economia” existe em si em qualquer lugar, pois, de seu ponto de vista, o fato de proporem que a economia assume “formas específicas em configurações não capitalistas” não supera o caráter evidente do seu enquadramento. De L’Estoile nos faz uma

proposta ousada ao sugerir que, em suas palavras, “deveríamos, ao menos como um experimento temporário, suspender nosso uso da linguagem da economia e *do econômico*”, sua ideia é a de que, a despeito da centralidade que ocupa em nosso próprio mundo, “a economia é um enquadramento contingente”.

Concluimos esta breve apresentação convidando o leitor e a leitora a se colocar a instigante questão posta por Benoît De L’Estoile em seu artigo: “o que acontece se olharmos para as configurações de nossos contextos etnográficos não como ‘outras economias’, mas como ‘algo diferente da economia’”?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GALLOIS, Dominique T.. Terras? Territórios? Território-rialidades?. In: RICARDO, Fany (org.). Terras Indígenas & Unidades de Conservação da natureza: o desafio das sobreposições. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2004, p. 37-41.

GOLDMAN, Márcio; LIMA, Tânia Stolze. Como se faz um grande divisor?. In: GOLDMAN, Márcio. Alguma Antropologia. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999, p. 81-91.

GOLDMAN, Márcio. “Antropologia Contemporânea, Sociedades Complexas e Outras Questões”, Anuário Antropológico/93,1995, p. 113-153.

HERBETTA, Alexandre F.. Agências encantadas: cosmopolíticas indígenas e sertanejas. *Parallelus*, v. 11, n. 26, p. 9-28, jan./abr. 2020.

IUBEL, Aline F.; SOARES-PINTO, Nicole. Apresentação ao Dossiê: Dossiê Antropologias das T/terras. *R@U: Revista de Antropologia da UFSCar*, v. 9, n. 1, p. 7-13, jan./jun. 2017.

LEWANDOWSKI, Andressa; GOLTARA, Diogo B. A terra em transe: conversão e possessão. In: VIEIRA, Suzane de Alencar;

VILLELA, Jorge Mattar (org.). *Insurgências, ecologias dissidentes e antropologia modal*. [E-book]. Goiânia: Editora da Imprensa Universitária, 2020, p. 63-94.

MALDI, Denise. A questão da territorialidade na etnologia brasileira. *Sociedade e Cultura*, v. 1. n. 1, p. 1-17, jan./jun. 1998.

MARQUES, Ana Claudia; LEAL, Natacha S.. Introdução: Alquimias do Parentesco. MARQUES, Ana Claudia; LEAL, Natacha S.. *Alquimias do parentesco: casas, gentes, papéis, territórios*. Rio de Janeiro: Gramma, 2018, p. 25-66.

NIEMEYER, Ana Maria de; PIETRAFESA DE GODOI, Emília. Apresentação. In: NIEMEYER, Ana Maria de; PIETRAFESA DE GODOI, Emília (org.). *Além dos territórios: para um diálogo entre a etnologia indígena, os estudos rurais e os estudos urbanos*. Campinas: Mercado de Letras, 1998. p. 7-10.

PIETRAFESA DE GODOI, Emília. “Apontamentos sobre memória, tempo e pessoa”. In: Comitê Quilombos/Associação Brasileira de Antropologia – ABA, 2020.

PIETRAFESA DE GODOI, Emília. Entre campos y ciudades: movilidades, lugar y Pertinência. *Anais do XIII Coloquio Nacional de Sociología, Universidad del Valle*. Cali, Colômbia, 2016.

PIETRAFESA DE GODOI, Emília. Territorialidade: trajetória e usos do conceito. *Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas*, v. 34, n. 2, p. 8-16, jul./dez. 2014.

PIETRAFESA DE GODOI, Emília; LOERA, Nashieli R. Apresentação. *Ruris*, v. 3, n. 2, p. 9-15, ago. 2009/ fev. 2010.

TRAJANO FILHO, Wilson. Introdução. In: TRAJANO FILHO, Wilson (org.). *Lugares, pessoas e grupos: as lógicas do pertencimento em perspectiva internacional*. 2ª edição. Brasília: ABA Publicações, 2012.

VIEIRA, José G.; AMOROSO, Marta; VIEGAS, Susana de M..
Apresentação - Dossiê Transformações das Territorialidades
Ameríndias nas Terras Baixas (Brasil). Revista de Antropologia,
v. 58, n. 1, p. 11-29, 2015.

JOÃO ROBERTO BORT JR. - Doutorando em Antropologia Social (Unicamp) e pesquisador associado do Centro de Pesquisa em Etnologia Indígena (CPEI) e do Centro de Estudos Rurais (CERES).

EDIMILSON RODRIGUES DE SOUZA - Doutor em Antropologia Social (Unicamp) e pesquisador associado do Centro de Estudos Rurais (CERES).

EMÍLIA PIETRAFESA DE GODOI - Doutora em Antropologia pela Universidade de Paris X – Nanterre. Professora Livre-Docente do Departamento de Antropologia da Unicamp e pesquisadora associada do Centro de Estudos Rurais (CERES) e do Centro de Pesquisa em Etnologia Indígena (CPEI).